



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DO ESPORTE**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2015**  
**(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

*Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre medidas e propostas para a modernização da gestão e a responsabilidade fiscal das entidades desportivas profissionais no Brasil.*

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 117, inciso VIII, e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) c/c inciso II, § 2º, do art. 58 da Constituição Federal (CF) a realização de Audiência Pública para debater sobre medidas e propostas para a modernização da gestão e de responsabilidade fiscal das entidades desportivas profissionais no Brasil

Para tanto, faz-se necessário à participação dos seguintes convidados:

- Sr. Juca Kfouri, jornalista esportivo;
- Sr. José Maria Marin, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF);
- Representante do Bom Senso F.C.;
- Representante do Tribunal de Contas da União (TCU).



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DO ESPORTE**

**JUSTIFICATIVA**

Divulgada pela Presidente Dilma, a chamada “MP do Futebol” determina que as dívidas dos clubes que aderirem a proposta do governo deverão ser pagas de 2% a 6% nos primeiros 36 meses e, depois dessa fase, poderão ser quitadas de 120 a 240 meses. O texto ainda prevê desconto para quem resolver quitar os débitos, com redução de encargos legais, juros e multas. Para o clube que resolver pagar a dívida em 120 meses, o desconto será de 100% nos encargos legais, 30% nos juros e 70% nas multas. As vantagens são menores para quem aderir o pagamento em 240 meses: 100% nos encargos, 25% dos juros e 60% das multas.

Ao conceder os descontos e a possibilidade de parcelamento das dívidas milionárias, a MP do Futebol exige uma série de contrapartidas dos clubes. Para parcelar as dívidas com descontos, os clubes deverão promover auditorias e publicar suas contas regularmente; cumprir com regularidade os pagamentos de contribuições previdenciárias, trabalhistas e contratuais; não comprometer mais do que 70% da receita bruta com o departamento de futebol profissional; garantir investimento em categorias de base e no futebol feminino; não antecipar receitas de mandatos posteriores; respeitar as regras de transparência da Lei Pelé; e construir cronograma progressivo de déficits que deverão ser quitados até o ano de 2021.

Entre as punições previstas para o descumprimento do acordo estão a responsabilização de dirigentes por gestão temerária e até mesmo o rebaixamento dos clubes para uma divisão anterior.

As contrapartidas geram polêmica, pois são apontadas como uma forma de intervenção estatal no futebol, o que vem gerando resistências da Fifa e poderia gerar até mesmo a exclusão da seleção brasileira de competições internacionais.

A proposta, em princípio, não respeita inteiramente este processo e prevê apenas refinanciamento de débitos federais, deixando de lado medidas mais duras e



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DO ESPORTE**

indispensáveis que assegurem a responsabilidade fiscal dos clubes e entidades, a transparência e o aprimoramento de sua gestão, bem como a efetividade dos direitos dos atletas. A transparência e a boa governança na gestão dos clubes, por exemplo, precisa ser repensada neste momento, a fim de eliminar os desmandos e as más gestões testemunhadas em nosso esporte há décadas. A oportunidade é única, de se iniciar um novo ciclo virtuoso, de desenvolvimento cultural, esportivo, econômico e social do nosso futebol.

A matéria, como não poderia deixar de ser, é de estrito interesse desta Comissão, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento. Como bem lembrado pelo jogador Dida, do Bom Senso F.C. “precisamos entender que o futebol é um negócio e sua gestão deve ser séria e transparente. Com a mesma disposição que tivemos até aqui, voltaremos ao Congresso Nacional. As próximas partidas serão jogadas lá e precisamos fazer seis pontos, vencer na Câmara e no Senado, para garantir esse conjunto de avanços para o nosso futebol. (...) Por um futebol melhor para todos.”

Sala das comissões, de março de 2015.

**Deputado Arnaldo Jordy  
PPS/PA**